



**SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

www.suframa.gov.br

Clipping Local e Nacional On-line

Nesta edição 18 matérias

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, sexta-feira, 4 de fevereiro de 2011

DIÁRIO DO AMAZONAS

Honda alcança a marca de 15 milhões de motos no Polo Industrial de Manaus..... 1
VEICULAÇÃO LOCAL

O ESTADO DE SÃO PAULO

AS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS DEPENDEM DOS BÁSICOS..... 2
VEICULAÇÃO NACIONAL

O ESTADO DE SÃO PAULO

CHINESES TIRAM MAIS MERCADO DO BRASIL 3
VEICULAÇÃO NACIONAL

O ESTADO DE SÃO PAULO

METADE DAS EMPRESAS MUDA ESTRATÉGIA PARA ENFRENTAR CONCORRÊNCIA CHINESA 4
VEICULAÇÃO NACIONAL

O ESTADO DE SÃO PAULO

“PRECISAMOS ENTENDER QUE NA CHINA TUDO SE NEGOCIA” 5
VEICULAÇÃO NACIONAL

FOLHA DE SÃO PAULO

Amazônia teve, em 2010, a pior seca em cem anos..... 7
VEICULAÇÃO NACIONAL

FOLHA DE SÃO PAULO

Governo quer baratear internet no atacado..... 8
VEICULAÇÃO NACIONAL

VALOR ECONÔMICO

OS DESAFIOS DO GOVERNO DILMA NA ÁREA TRABALHISTA..... 9
VEICULAÇÃO NACIONAL

O GLOBO

Escudo contra invasão chinesa..... 11
VEICULAÇÃO NACIONAL

O GLOBO

MEDIDAS EM ESTUDO PELO GOVERNO..... 13
VEICULAÇÃO NACIONAL

O GLOBO

UMA EM CADA 4 EMPRESAS BRASILEIRAS É AFETADA COM IMPORTADOS DA CHINA..... 14
VEICULAÇÃO NACIONAL

O GLOBO

Banqueiro vai comandar aeroportos 15
VEICULAÇÃO NACIONAL

O GLOBO

Seca faz Amazônia contribuir para aquecimento global 16
VEICULAÇÃO NACIONAL

O GLOBO

Tentação tributária..... 18
VEICULAÇÃO NACIONAL

O GLOBO

Uma em cada 4 empresas brasileiras é afetada com importados da China..... 19
VEICULAÇÃO NACIONAL

O GLOBO

Segue o seco na Amazônia 20
VEICULAÇÃO NACIONAL

O ESTADÃO

China afeta 67% dos concorrentes nacionais 22
VEICULAÇÃO NACIONAL

COMEX DO BRASIL

MDIC e MCT publicam sete portarias com modificação de Processo Produtivo Básico 23
VEICULAÇÃO NACIONAL

	VEÍCULO DIÁRIO DO AMAZONAS		EDITORIA
	TÍTULO Honda alcança a marca de 15 milhões de motos no Polo Industrial de <u>Manaus</u>		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO LOCAL

Desde o início de suas atividades no País, a partir de Manaus, em 1976, a Honda investe continuamente em todos os setores de sua atividade e amplia constantemente sua linha de produtos.

[

Manaus - A Moto Honda da Amazônia alcançou, ontem, a marca de 15 milhões de motocicletas produzidas pela multinacional na unidade no Polo Industrial de Manaus (PIM). A unidade histórica foi uma CG 150 Titan Flex. Atualmente, a marca detém praticamente 78% do mercado nacional.

Desde o início de suas atividades no País, a partir de Manaus, em 1976, a Honda investe continuamente em todos os setores de sua atividade e amplia constantemente sua linha de produtos. Os mais recentes lançamentos apresentados ao mercado brasileiro foram as motocicletas Biz 125 flex e a nova Shadow 750. A marca possui uma linha nacional composta por 13 modelos, que vão de 100 cilindradas (cc) a 750 cc, além de opções de motos importadas, que vão de 600 cc a 1.800 cc.

Recentemente, a empresa ampliou sua fábrica em Manaus, que ocupa um terreno de 661 mil metros quadrados (m²). Com 21.750 m² de área construída, a unidade recebeu investimento de R\$ 90 milhões e tem capacidade produtiva de 500 mil motocicletas por ano. Neste ano, a expectativa de

produção é de 300 mil unidades, número que deverá ser elevado para 415 mil até 2013, segundo a assessoria de comunicação da empresa.

A Honda também amplia sua linha de motocicletas flex, atualmente composta por quatro modelos, o que reforça o compromisso ambiental da empresa, uma vez que o etanol (álcool) tem a vantagem de ser uma fonte de energia renovável e menos poluente quando comparado à gasolina.

Mercado

A Yamaha Motor da Amazônia pretende aumentar em 20% a produção de motocicletas neste ano, em comparação com o ano anterior, quando foram fabricadas mais de 224 mil. A meta para esse ano é produzir cerca de 280 mil.

Segundo o gerente executivo da multinacional no Amazonas, Genoir Pierosan, atualmente o Polo de Duas Rodas de Manaus emprega 15 mil pessoas e a Yamaha, 3 mil. Pierosan disse que a expectativa é que as vendas de motos da empresa sejam 20% maiores neste ano.

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO		EDITORIA
	TÍTULO AS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS DEPENDEM DOS BÁSICOS		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

O Estado de S.Paulo

O resultado da balança comercial de janeiro, com saldo positivo de US\$ 424 milhões, foi recebido com satisfação pelo fato de que, no ano passado, janeiro havia registrado um déficit de US\$ 179 milhões. Além disso, as exportações, de US\$ 15,215 bilhões, representaram um recorde para o mês. O resultado merece ser recebido, porém, com algum cuidado, pois esconde a grande fragilidade do comércio exterior.

É bom notar que, em relação ao mês anterior, as exportações retrocederam 20,3%, enquanto as importações aumentaram 4,2%, uma tendência que pode se manter o ano todo.

No entanto, é mais em relação às exportações que podemos falar em fragilidade do resultado. Os produtos básicos, em relação ao mesmo mês de 2010, acusam crescimento de 56,3%; os semimanufaturados, de 29,4%; e os manufaturados, de apenas 8,6%. O maior aumento (160,4%) foi de máquinas de terraplenagem que têm parte importante de componentes importados. As duas primeiras categorias representam 59,2% do total das exportações, o que indica como é limitada a participação da indústria nas exportações.

Em princípio, não haveria inconveniente em o País ser grande exportador de commodities, na medida em que as receitas dessas exportações tivessem um caráter permanente e não dependessem da conjuntura econômica de um número muito concentrado de mercados. Não é bem o que se observa com nossas exportações.

Das 23 principais commodities que o Brasil exporta, apenas 4 tiveram uma redução de preços em janeiro, relativamente ao mês anterior, enquanto outras tiveram aumentos de preços - de 32,7% para suco de laranja, de 11,7% para óleo de soja e de 12,1% para petróleo bruto. Em compensação, entre as 23 commodities, apenas 9 apresentaram um aumento do volume exportado. É um sinal eloquente de que nossa receita de exportação depende muito da evolução anormalmente favorável de preços nesses últimos meses, em razão especialmente das condições climáticas adversas que reduziram a oferta de produtos agrícolas, e do boom da indústria de alguns países asiáticos que não dispõem de minérios.

De outra parte, enquanto nossas exportações para a China acusaram crescimento de 49,8% em relação a janeiro do ano passado, as destinadas aos EUA aumentaram apenas 15,4% e para a União Europeia, 38,7%. Estamos cada vez mais dependentes do mercado da China, cuja economia vem dando sinais de arrefecimento de ritmo.

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO		EDITORIA
	TÍTULO CHINESES TIRAM MAIS <u>MERCADO</u> DO BRASIL		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Sondagem da CNI mostra que pressão aumentou e 67% das indústrias brasileiras que enfrentam rivais da China perderam mercado no exterior

Eduardo Rodrigues - O Estado de S.Paulo

Com o real valorizado pressionando os preços dos produtos fabricados no Brasil, a concorrência com mercadorias chinesas mais baratas levou 67% das indústrias brasileiras que competem com empresas chinesas a perderem clientes no mercado internacional. Pior do que isso, 4% dessas companhias deixaram de exportar suas mercadorias, desistindo de enfrentar a concorrência.

O mapa detalhado de quanto a concorrência chinesa afeta as empresas brasileiras apareceu na Sondagem Especial divulgada ontem pela Confederação Nacional da Indústria (CNI). A CNI entrevistou 1.529

empresários em outubro do ano passado. Em pesquisa anterior, de 2006, o percentual de companhias que haviam perdido espaço no mercado internacional para os chineses era bem menor, de 54%.

De acordo com a sondagem mais recente, 52% das indústrias exportadoras brasileiras concorrem com fábricas chinesas em outros mercados. Os dados apontam que a competição é mais intensa em seis setores industriais, nos quais pelo menos metade das empresas afirmou que concorrem com similares chineses. É o caso dos setores de material eletrônico de comunicação, têxteis, equipamentos hospitalares e de precisão, calçados, máquinas e equipamentos, além do setor que a CNI classifica como "indústrias diversas".

Pequenas empresas. A pesquisa mostra também os efeitos da concorrência chinesa no mercado interno brasileiro: 45% das empresas que competem com a China perderam espaço para os concorrentes. O efeito é maior entre as pequenas empresas, das quais 48% revelaram ter perdido participação nas vendas no País, por causa da enxurrada de importações de produtos chineses.

No entanto, 21% das companhias consultadas registram importação de matérias-primas da China, o que revela, segundo a CNI, um aumento da presença chinesa nas várias etapas da cadeia de produção brasileira.

Para o gerente executivo de Política Econômica da CNI, Flávio Castelo Branco, como o yuan tem sua cotação atrelada ao dólar, a valorização do real em relação à moeda americana tem sido o fator mais determinante para que produtos brasileiros percam mercado para os chineses tanto no mercado internacional quanto no doméstico.

Segundo ele, o aumento da concorrência nos últimos anos está diretamente ligado ao preço dos produtos chineses. O economista lembrou que os custos de produção na China são bem menores do que os brasileiros por diversos motivos, entre eles menores salários.

Apesar dos fatores estruturais que dão vantagem à China no comércio internacional, a concorrência com os chineses aumentou a partir do momento em que o câmbio brasileiro acelerou sua valorização. "As dimensões estruturais pouco mudaram nos últimos anos, a grande alteração está na valorização do nosso câmbio", disse Castelo Branco.

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO		EDITORIA
	TÍTULO METADE DAS EMPRESAS MUDA ESTRATÉGIA PARA ENFRENTAR CONCORRÊNCIA CHINESA		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Sondagem da CNI mostra que até companhias que ainda não competem com a China apostam em outros atrativos para seus produtos

Eduardo Rodrigues - O Estado de S.Paulo

O pânico ante a invasão chinesa no mercado mundial é tão disseminado na indústria brasileira que até mesmo as empresas que ainda não enfrentam a concorrência dos asiáticos já bolaram estratégias para lidar com a competição.

De acordo com a Sondagem Especial da Confederação Nacional da Indústria (CNI), metade das empresas nacionais se movimenta para tentar contrapor as vantagens de preço que os chineses oferecem aos consumidores, apostando em outros atrativos.

A principal alternativa é o investimento em qualidade e design dos produtos, apontada por 48,4% das 1.529 empresas entrevistadas pela entidade em outubro do ano passado. Em segundo lugar, aparecem os esforços para redução dos custos nas linhas de montagem e aumento da produtividade.

Cerca de um terço das companhias, ainda, planejam investir em imagem, diferenciando suas marcas das concorrentes asiáticas por meio de ações de marketing mais agressivas. Outra alternativa, estudada por 27% das empresas, é apostar no lançamento de produtos, para contrapor a variedade crescente de mercadorias chinesas que têm invadido as prateleiras mundo a fora.

Migração. "Se não pode vencê-los, junte-se a eles". Seguindo o velho provérbio, 13,2% das companhias entrevistadas consideram a opção de buscarem parcerias com empresas da China para tentarem sobreviver no mercado.

Outros 10% foram ainda mais longe e já abriram fábricas próprias em solo chinês, principalmente nos setores de veículos, máquinas e equipamentos, materiais elétricos, eletrônicos e de comunicação.

Para o secretário de Política Econômica da CNI, Flávio Castelo Branco, o movimento pode fazer sentido, do ponto de vista empresarial, mas é ruim para o setor industrial como um todo. "Significa perda de emprego no País, além de menor geração de tributos", avalia.

Segundo ele, as estratégias empresariais são válidas, mas dependem de uma ação mais efetiva de defesa comercial das autoridades brasileiras, além do combate à questão cambial. "É preciso ter menos dependência da taxa de juros para controle da inflação, pois o diferencial de juros brasileiro favorece a entrada de dólares e pressiona ainda mais a cotação da moeda", completou.

O coordenador de sondagens conjunturais da FGV, Aloisio Campelo Júnior, avalia que a agenda de reformas estruturais para melhorar a competitividade do parque produtivo brasileiro precisa andar com mais velocidade para que o câmbio deixe de ocupar papel tão preponderante nas relações comerciais entre os dois países. "Algumas coisas já foram feitas para melhorar a infraestrutura de portos e estradas, para reduzir a burocracia, mas ainda falta muito, sobretudo no que diz respeito à tributação da produção no Brasil."

Da mesma forma, acrescenta Campelo Júnior, não adianta o governo aumentar as barreiras comerciais sem que a indústria invista mais em modernização e inovação. "O protecionismo por protecionismo não leva a lugar nenhum", diz o economista.

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO		EDITORIA
	TÍTULO “PRECISAMOS ENTENDER QUE NA CHINA TUDO SE NEGOCIA”		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Para o diplomata, os chineses têm tido muita calma com as denúncias da China no Brasil porque dão importância ao País

Cláudia Trevisan - O Estado de S.Paulo

Brasil e China têm de sentar à mesa, resolver suas pendências de natureza comercial e relançar o relacionamento bilateral em novas bases, afirma o embaixador brasileiro em Pequim, Clodoaldo Hugueney.

"Os chineses têm tido muita calma nesse clima de denúncias da China no Brasil. Há um real interesse em atribuir ao Brasil um papel importante e evitar o desgaste."

A presidente Dilma Rousseff irá à China em abril e, ao longo do ano, ocorrerão várias trocas de visitas de ministros, o que dará impulso político para retirar o "entulho" que provoca ruídos na relação, avalia Hugueney. Entre os problemas, estão as queixas da indústria brasileira em relação ao câmbio e a práticas desleais dos exportadores chineses. "O que nós precisamos entender é que este é um país onde tudo se negocia", disse o embaixador ao Estado.

A seguir, os principais trechos da entrevista.

O que vai mudar na relação com a China no novo governo?

No governo anterior foram construídas as bases para resolvermos os problemas e termos uma relação diferente com a China. O Plano de Ação Conjunta, que traz os objetivos para o período 2010-2014, criou os instrumentos para superar as dificuldades. Resolvido isso, podemos entrar numa nova fase, que vai produzir resultados positivos para o Brasil. Em 2011, haverá uma sucessão de visitas importantes, que vão criar o momento político para relançar a relação em novas bases. O potencial é gigantesco. O nosso comércio, de US\$ 50 bilhões, é ridículo perto da dimensão das duas economias.

O que atrapalha a relação?

Há os problemas ligados à competitividade chinesa, que é estrutural, fruto de 30 anos de crescimento, de investimentos maciços em modernização da economia e em infraestrutura. A competitividade chinesa não é um problema

só do Brasil, é um problema do mundo. Mas há problemas que são específicos e atingem o mercado brasileiro: práticas de dumping, de contrabando, todas as chamadas práticas desleais de comércio.

Há a questão do câmbio. O câmbio aqui está se movendo lentamente, mas houve uma valorização. A apreciação real já está em 7% e vai continuar.

No Brasil, o real se valorizou muito mais.

O real se valorizou enormemente, e isso terá de ser discutido em um contexto mais global também. Mas nós teremos de ter um diálogo bilateral intenso com a China e ver o que se pode fazer. Nós temos de tomar medidas para proteger a indústria brasileira, defender o emprego no Brasil, mas as medidas de caráter

defensivo não vão resolver a situação. Temos de desenvolver ações que promovam as exportações, como o governo está fazendo, abrir mercados, corrigir o custo Brasil e investir na infraestrutura. Os chineses dão enorme importância ao Brasil e querem resolver os conflitos. Eles não estão interessados em construir um superávit com o Brasil. A China reconhece a importância do Brasil para ela e para o mundo.

A China é o maior destino das exportações brasileiras e um país com o qual o Brasil tem superávit. Os chineses entendem as razões pelas quais o Brasil está insatisfeito?

Os chineses têm tido muita calma nesse clima de denúncias da China no Brasil. Há um real interesse em atribuir ao Brasil um papel importante e evitar o desgaste. Com os mecanismos do plano de ação é possível começar a limpar a mesa. Vamos tirar os obstáculos.

Há um exagero na percepção brasileira em relação à suposta ameaça chinesa?

Os setores afetados têm preocupações legítimas. Adotou-se uma medida antidumping no setor de calçados e a participação da importação de calçados no total do consumo caiu enormemente. O setor de calçados está exportando e tendo resultados positivos. Setores afetados têm uma causa e o governo deve olhar para isso. Mas há grandes ganhos também. Não se pode desprezar a China. Por que jogar fora

uma relação com a qual se pode ganhar muito? Pela minha experiência de 40 anos lidando com contencioso comercial, com problemas com os Estados Unidos e com a União Europeia, sei que dá para resolver. Se fizermos isso, vamos tirar o entulho em cima da mesa, relançar a relação em novas bases e ganhar muito com ela.

O que significa "relançar a relação"?

O comércio cresceu espetacularmente, mas ainda é pequeno e pode passar de US\$ 100 bilhões. As importações chinesas em 2010 foram de US\$ 1,4 trilhão, 22% do PIB, e a maior parte é de produtos manufaturados. Há um espaço enorme no agronegócio, na área de produtos de luxo. Existe 1 milhão de milionários e uma classe média de 400 milhões. Não dá mais para dizer "ah, o chinês não toma café". O chinês toma café, sim, e se colocar café de qualidade aqui com a marca do Brasil vai vender. A dimensão do mercado é gigantesca.

Os chineses estão dispostos a aceitar medidas de proteção em setores afetados pelas importações chinesas?

Eles têm aceitado. Nós reconhecemos a economia de mercado e não implementamos a medida. Eles não gostam disso, mas o fato de reclamarem e não levarem isso adiante é um reconhecimento de que o Brasil está numa situação complicada e terá de tomar alguma medida.

Integrantes do novo governo, principalmente o ministro do Desenvolvimento, Fernando PIMentel, estão com discurso mais crítico em relação à China. O governo chinês manifestou alguma preocupação em relação a isso?

Não. Eles estão interessados em construir uma relação positiva com o Brasil. Em vez de fazer uma crítica exagerada, nós temos de procurar resolver as questões. Ver os problemas concretos e resolver. A crítica é importante para sensibilizar. Mas está todo mundo sensibilizado, no Brasil e aqui.

Estatais chinesas manifestaram interesse em comprar terras no Brasil. Isso vai prosperar?

Nós estamos trabalhando para lançar um boletim trimestral de investimentos chineses no Brasil e estamos levantando tudo: quem está investindo, quem está pensando em investir. Tem algumas coisas nessa área, mas não é prioridade. E algumas coisas mais recentes não estão prosperando, porque o cara vai lá e percebe que há

resistência. Ele volta para cá e diz: "Disso eles não gostam, vamos fazer outra coisa".

Qual é a prioridade?

Petróleo é uma delas. A Sinopec acabou de colocar US\$ 7 bilhões no Brasil. Isso aí é o que as pessoas esquecem. Não é todo mundo que entra com US\$ 7 bilhões no País. Há interesse chinês na área de mineração, mas é uma área que temos de olhar com certo cuidado. Mas temos que definir critérios para todo mundo, não só o chinês.

Outra questão é que os investimentos são feitos por grandes estatais, o que levanta dúvidas sobre a motivação, se é somente econômica ou também política.

O cara está investindo no Brasil para ganhar dinheiro. Essas estatais foram todas corporativizadas. Vai conversar com os dirigentes das estatais chinesas. Os caras são uns capitalistas e estão fazendo investimentos porque acham que é bom para a empresa deles, vai produzir lucro, vai reforçar a presença da empresa no plano mundial.

Os chineses querem ter portas abertas para investimentos no Brasil, mas impõem restrições para investimentos brasileiros.

A gente tem de atacar isso. Quem quer entrar tem que entrar. Se quer fazer investimento com 100% de capital brasileiro, é mais difícil, mas não é impossível. Se isso é prioritário para uma empresa brasileira, é interesse do Brasil, então fala para o chinês. Ah, não resolve? Então, quando houver um investimento importante para você no Brasil, eu também não resolvo. O que precisamos entender é que este é um país onde tudo se negocia. Nós temos de definir o que queremos e ver o que eles querem.

QUEM É

Clodoaldo Hugueney foi nomeado embaixador do Brasil em Pequim em meados de julho de 2008 pelo então presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva. Ele substituiu Luiz Augusto de Castro Neves e acumula o cargo de embaixador brasileiro na Mongólia e na Coreia do Norte. Antes de ocupar o posto em Pequim, Hugueney foi delegado permanente do Brasil em Genebra e subsecretário geral de Assuntos Econômicos e de Comércio Exterior.

	VEÍCULO FOLHA DE SÃO PAULO		EDITORIA
	TÍTULO Amazônia teve, em 2010, a pior seca em cem anos		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

A seca na Amazônia em 2010 atingiu 3 milhões de quilômetros quadrados e foi a pior em cem anos, segundo cientistas. O recorde até então era 2005, com 1,9 milhão. Árvores mortas podem emitir 5 bilhões de toneladas de CO₂, nos próximos anos; emissão nos EUA é de 5,4 bilhões/ano.

Amazônia teve pior seca em cem anos

Árvores mortas pela seca de 2010 podem liberar quantidade de CO₂ semelhante às emissões dos EUA, diz estudo Até agora, seca de 2005 tinha sido a pior; se mal interpretados, dados estimulam o desmate, diz cientista do Inpe

SABINE RIGHETTI

DE SÃO PAULO

A seca de 2010 da Amazônia foi a pior dos últimos cem anos. E a quantidade de CO₂ emitido pelas árvores mortas pode ser parecida com as emissões dos EUA.

As constatações são de estudiosos britânicos (da Universidade de Leeds) e brasileiros, do Ipam (Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia). Eles publicaram um artigo na revista "Science".

O grupo de pesquisadores, liderado pelo britânico Simon Lewis, mostrou que a seca de 2010 foi mais intensa e afetou uma área maior que a estiagem de 2005 -até então considerada recorde em várias décadas.

No ano passado, uma área de 3 milhões km² foi atingida pela estiagem, contra 1,9 milhão km² em 2005.

Os cientistas fizeram um cálculo do desvio da média de chuvas comuns nas estações secas da Amazônia (chamado de desvio padrão).

"A intensidade da seca foi maior em 2010 em relação à média", explica o biólogo Paulo Brando, do Ipam, um dos autores do trabalho.

A segunda parte do estudo, explica ele, verificou quais as consequências dessa seca do ponto de vista dos

estoques de carbono. Aí vem a outra má notícia: com as secas, a floresta emitirá mais CO₂ do que absorverá.

Os pesquisadores relacionaram os dados de seca de 2010 com o crescimento das árvores (a partir de dados de campo coletados em 2005).

A conclusão foi que a seca do ano passado pode emitir 5 bilhões de toneladas de CO₂ para a atmosfera em 2010 e nos próximos anos. Isso não acontece de uma vez, já que a decomposição das árvores mortas é um processo lento.

Para se ter uma ideia do que isso significa: a emissão da queima de combustíveis fósseis dos EUA é de 5,4 bilhões de toneladas por ano. Em condições "normais", estima-se que a Amazônia absorva 1,5 bilhão de toneladas de CO₂ da atmosfera.

"A seca de 2010 talvez tenha matado as árvores que já estavam vulneráveis por causa de 2005", explica Brando.

"Pode ser que a floresta se recupere, mas ainda não fomos para campo medir. Ainda temos muito trabalho de campo pela frente", diz.

Para o climatologista José Marengo, do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), é preciso analisar os dados com cuidado.

"Reduzimos o desmatamento em cinco anos, mas um fenômeno natural deixou nossa absorção de CO₂ na estaca zero. Se esses cálculos não forem bem interpretados, poderão ser usados a favor do desmatamento", diz.

Marengo e sua equipe já mostraram que a seca de 2010 reduziu mais os níveis dos rios amazônicos que a estiagem anterior, de 2005.

	VEÍCULO FOLHA DE SÃO PAULO	EDITORIA
TÍTULO Governo quer baratear internet no atacado		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE
		VEICULAÇÃO NACIONAL

Ministério das Comunicações negocia queda do preço que teles cobram para alugar sua rede em locais remotos

Associação acusa teles de barrar massificação da internet ao cobrar preços abusivos dos novos empreendedores

JULIO WIZIACK

DE SÃO PAULO

O governo quer que a Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações) crie formas de derrubar o preço cobrado de provedores interessados em alugar infraestrutura (rede) das concessionárias para levar internet aonde as teles não têm interesse comercial.

Atualmente, 74% do país está coberto por empresas de pequeno e médio porte.

Alugando uma "porta de entrada" à central das concessionárias (link), elas passam a fazer a conexão entre seus clientes até essa central -negócio conhecido como "última milha".

No ano passado, a Casa Civil impôs à Anatel que fixasse em R\$ 250 o preço máximo cobrado mensalmente por links de 1 Mbps (megabit por segundo), os mais básicos no mercado atacadista, em contratos de um ano.

Hoje, o preço de referência definido pela agência para essa velocidade de transmissão de dados é de R\$ 688. Estima-se que esse custo represente até 80% do preço final dos pacotes de internet a consumidores finais.

A "ordem" do governo para baixar esse preço fazia parte de um pacote de medidas para que o PNBL (Plano Nacional de Banda Larga) tivesse êxito, segundo documento a que a Folha teve acesso.

As concessionárias consideraram o preço inaceitável porque não levaria em conta os custos envolvidos.

A meta de R\$ 250 caiu com a posse da presidente Dilma Rousseff, mas o governo vai baixar o preço.

O ministro das Comunicações, Paulo Bernardo, já solicitou às concessionárias que abram seus custos -uma forma de pressioná-las antes que a Anatel defina as novas regras

desse mercado e também os novos valores de referência (mais baixos).

A Folha apurou que Bernardo também quer saber qual o poder de mercado de cada concessionária nas diversas regiões do país para avaliar as chances de haver abusos de preços.

BARREIRAS

A TelComp, associação que reúne operadoras competitivas, fez um levantamento para mostrar que onde as concessionárias têm poder de mercado os preços são sempre mais elevados.

Para a associação, essa seria a principal barreira à massificação da banda larga.

Poder de mercado é um termo empregado para designar as operadoras que possuem o domínio da infraestrutura (rede) instalada no local. Nessas localidades, elas alugariam a capacidade ociosa da rede para terceiros.

Em geral, concessionárias têm poder de mercado em sua área de concessão. Caso uma concessionária queira oferecer internet na área de concessão de sua concorrente, passa a ser competidora. Inicialmente, ela não teria participação significativa e passaria a tê-la à medida que construísse rede no local.

Segundo a TelComp, justamente para levar as concessionárias competidoras a construir rede própria, o preço cobrado do aluguel seria elevado, extrapolando os custos. Em casos assim, o preço seria até 189% acima do valor de referência definido pela Anatel.

"Essa distorção de preço ocorre para impedir a concorrência", afirma João Moura, presidente da TelComp. "Desse jeito não dá para massificar a internet."

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO		EDITORIA
	TÍTULO OS DESAFIOS DO GOVERNO DILMA NA ÁREA TRABALHISTA		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

José Eduardo Pastore

Com a permanência de Carlos Lupi no Ministério do Trabalho, algumas respostas já podem ser deduzidas.

Ele é radicalmente contra qualquer flexibilização da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), pois entende isso como sinônimo de precarização, o que não é verdade.

Lupi não quer mudar nada na CLT, a não ser que a alteração venha beneficiar e não prejudicar os trabalhadores, o que, em tese, é desejável. Mas, a realidade impõe olhar para essa questão de forma diferente e mais abrangente.

A interpretação do termo flexibilização, no sentido de quem ganha e quem perde, depende daquele que o analisa. Mais precisamente do que o interlocutor entende o que vem a ser "perder" e "ganhar", no contexto de mudanças no campo trabalhista.

Atualmente, quem está perdendo e muito, com a falta de flexibilidade, são as empresas brasileiras que têm de competir e arcar com o custo da contratação de mão de obra no Brasil, que chega a 102%. Quando as empresas brasileiras concorrem com outras no mercado externo, sua competitividade diminui por conta desse custo exorbitante. Isto é um fato.

É crescente o número de companhias brasileiras que abrem instalações na Ásia e exportam para o Brasil. Economia aquecida não significa vida fácil para os empresários brasileiros. É um erro acreditar que todos estão ganhando com o crescimento médio do Produto Interno Bruto (PIB) de 5% ao ano.

Com isso, os próprios trabalhadores são prejudicados coletivamente porque quando uma organização deixa de empregar ou demite por conta do alto custo, todos perdem.

Quanto ao sentido do vocábulo "ganhar", como sinônimo de flexibilização, tudo depende também do ponto de vista. Ganhar, por exemplo, para o trabalhador que está empregado, é manter tudo como está, visto que usufrui todos os direitos da CLT. Para ele, provavelmente, não é necessário flexibilizar nada. Até aí, tudo bem.

Porém, as empresas no Brasil estão encontrando cada vez mais dificuldades de competir no mercado global dentro de uma legislação trabalhista complexa e rígida como a nossa. É verdade que estão contratando, mas também é verdade que estão perdendo espaço para a concorrência, principalmente a externa, o que é um paradoxo. Este é outro fato.

A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) já está há muito tempo alertando sobre o fenômeno da desindustrialização, o que é muito grave. Desindustrialização é a morte da empresa, que pode ser súbita ou agonizante.

Um dos exemplos mais devastadores dessa realidade é o número de empresas brasileiras que estão sendo obrigadas a abrir novas unidades, mas na China, deixando milhares de chineses felizes e outros milhares de brasileiros desesperados. A fábrica de brinquedos Estrela já está lá e, por mais incrível que pareça, vendendo aqui para os consumidores brasileiros. O mesmo fez a Vulcabras Azaleia. No mês passado, a Philips fechou sua fábrica de lâmpadas automotivas no Recife e foi para a Ásia. A empresa americana Novelis fechou sua fábrica em Aratu, região metropolitana de Salvador, e também foi para a China. Os exemplos são muitos.

Portanto, o vocábulo "ganhar", com a não flexibilização das normas trabalhistas brasileiras, defendido por Carlos Lupi, pode ser interpretado somente pró-orientes.

A questão técnica da flexibilização está atrelada à política. A presidente Dilma prometeu reduzir os custos do setor produtivo, muito embora não tenha falado propriamente em flexibilização da CLT, para não desagradar os sindicatos que ajudaram a elegê-la. Essa é uma dívida cara, que a presidente Dilma vai ter de pagar.

Porém, ela já deu ordem à sua equipe para que, até o fim do primeiro semestre deste ano, apresente uma proposta de redução previdenciária sobre a folha de pagamento das empresas, hoje na faixa de 20%. Ainda que tímido, pode ser um começo. Mas, a coisa não vai ser fácil. Não há mágica nessa conta.

Para cada um ponto percentual, retira-se R\$ 4 bilhões da Previdência. Dá para imaginar o que significa para a

Previdência Social ter de abrir mão de qualquer valor de contribuição, com um rombo de R\$ 90 bilhões?

Talvez o ministro do Trabalho fique contente em não ter de flexibilizar nada da CLT, mas quem vai ficar bravo será o ministro da Previdência Social. Como pode-se verificar, a coisa não é fácil.

A boa notícia é que a Central Única dos Trabalhadores (CUT) vai enviar para o Congresso um projeto de lei de flexibilização da CLT, entendendo, depois de muitos anos de resistência, que é a realidade que impõe seus direitos e não os direitos que se sobrepõem à realidade.

Aliás, essa é uma premissa reinante no mundo jurídico. Existe uma máxima que diz que, quando a realidade ignora o Direito, o Direito ignora a realidade. Isso vale, principalmente, para o Direito do Trabalho que está intimamente atrelado à economia. O Direito do Trabalho possui identidade sócio-econômica.

Agora, o que se espera é que a proposta da CUT não seja da flexibilização irreal em que, em tese, se negocia tudo, desde que não sejam os direitos do artigo 7º da Constituição Federal.

Uma proposta real de flexibilização é a que altera exatamente o artigo sétimo, que garante os direitos mínimos ao trabalhador. Tudo poderia ser negociado, o que não ocorre hoje porque não existe previsão constitucional, tais como o parcelamento ou mesmo o não pagamento do Fundo de Garantia, Seguro Desemprego, 13º salário e férias, quando a empresa está em crise, desde que por meio de negociação coletiva. São posturas que seguem aquilo que o professor José Pastore já sugere há muito tempo, de que o negociado prevaleça sobre o legislado. Aí sim, poderíamos acreditar que o governo Dilma irá avançar em matéria trabalhista. É esperar para ver.

José Eduardo Pastore é advogado trabalhista empresarial da Pastore Advogados. Membro do Conselho Superior de Assuntos Jurídicos e Legislativos da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp).

Com colaboração de Riva Vaz de Oliveira, sócia da Pastore Advogados.

	VEÍCULO O GLOBO	EDITORIA	
	TÍTULO Escudo contra invasão chinesa		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

BRIGA POR MERCADOS

Selos protegerão produtos nacionais de importações do país asiático, que cresceram 60%

Vivian Oswald

O governo pretende usar os selos de qualidade como escudo contra o ataque de importados ao mercado doméstico brasileiro. A ideia, que tem como alvo principal as mercadorias chinesas, é tentar conter o ritmo acelerado das importações desde o ano passado, adiantou ao GLOBO uma fonte. O Brasil comprou 60,85% mais produtos só da China em 2010. O volume de importações globais do país cresceu 40,22% no período. Dentro do governo, a orientação é segurar a todo custo as compras do Brasil lá fora.

Ao cobrar mais qualidade dos produtos consumidos pelos brasileiros, o governo não apenas garante mais segurança aos consumidores, como também filtra importações de má qualidade que vêm competindo com a produção nacional a preços muitas vezes abaixo do valor de mercado. Além disso, como efeito colateral, acaba-se por obrigar as empresas brasileiras a se prepararem para competir no exterior com produtos com maior nível de tecnologia e segurança.

Até julho, o Inmetro anunciará um grande programa de certificação de produtos elétricos. Ventiladores de teto e comuns, fornos de micro-ondas, aparelhos de som, rádio e televisão, torradeiras, aquecedores, entre outros itens, passarão a ter que ostentar seus selos de qualidade. Isso significa que serão certificados tanto aqueles produzidos dentro do Brasil quanto os que vêm de fora.

Lista do Inmetro incluirá autopeças

Ao GLOBO, o presidente do Inmetro, João Jornada, admitiu que existe uma orientação do novo governo para acelerar e intensificar os programas de certificação:

- Um programa de certificação claro e transparente, além de garantir a segurança do usuário, preserva a competitividade do produto nacional, reduz a concorrência desleal. Mas há ainda outra vantagem: aumenta o padrão da produção nacional, que passa a ser exportável. Pode

competir lá fora. Isso dá ao produtor nacional escala e gera empregos - afirma João Jornada.

O instituto também está concluindo uma lista de itens da família das autopeças que deverão ter selo de controle, como pastilhas, lonas de freios e barras de direção. Este ano ainda saem as regulamentações para carrinhos de bebê e berços.

Embora setores da economia se preocupem com um provável aumento de custo de produção em função das novas exigências, a medida tem o apoio da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e já vem sendo defendida em conversas com o governo pelo presidente da entidade, Robson Andrade. Ele pede que as mesmas exigências de qualidade aos produtos brasileiros sejam feitas aos estrangeiros.

- Os produtos brasileiros precisam seguir determinadas regras e exigências que os produtos estrangeiros não seguem. Alimentos brasileiros passam por controles até de rotulagem, o que não é exigido do produto importado - disse Andrade, que tem o apoio da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB).

Outra saída é apertar a fiscalização de produtos que necessitam de selos de qualidade - como brinquedos, itens infantis como chupetas, fios elétricos, vergalhões etc - logo na entrada do país. O selo é exigido na fronteira, mas só há conferência física de 15% a 20% do que chega ao país. Isso porque o chamado canal verde da Receita Federal permite, como na maior parte do mundo, que boa parte das importações entre no país sem burocracia.

Nos Estados Unidos e na Europa, a conferência física acontece em apenas 5% do que entra. Só podem entrar no canal verde empresas que já têm relacionamento com governo. Elas já estão cadastradas nas bases de dados e são obrigadas a apresentar uma série de documentos cada vez que trazem mercadorias para o país. Nada impede que, por meio de denúncias ou desconfiança de um órgão do governo, essas importações sejam fiscalizadas a posteriori.

Uma das ideias em discussão neste momento é aumentar o chamado canal vermelho para os produtos da pauta que precisem de certificação. Para isso, basta mudar as configurações do sistema. Elas podem ser alteradas de modo

a mirar em um setor específico, uma fronteira específica ou até empresas específicas.

A medida tem por objetivo passar um pente-fino nas importações que precisam de selo. Acredita-se que algumas empresas possam passar produtos certificados com outros não certificados. A conferência física mais detalhada dos produtos pode assustar quem traz para o país o que não deve e ainda deve diminuir o ritmo da liberação de certas importações.

O Inmetro tem hoje cerca de 180 famílias de produtos certificados. Trata-se de aproximadamente 180 mil modelos com selo. O presidente do Inmetro promete intensificar os novos programas. Ele reconheceu que o processo pode ser um pouco oneroso, mas traz critérios e regras mais claras para a competição e dá ênfase ao aspecto segurança do consumidor brasileiro.

- Hoje, a empresa nacional que investe em segurança e inovação pode perder espaço para produtos de má qualidade que entram no país. A boa certificação é quase um exercício de soberania do país - disse Jornada.

Mais impostos para supérfluos

Tornar o sistema de defesa comercial do país mais rigoroso é uma das diretrizes do governo para recuperar exportações e atenuar a guerra cambial global. O Executivo prepara, como antecipou O GLOBO, um pacote de medidas que deve incluir o aumento de impostos de importação para os produtos considerados supérfluos e para aqueles que concorrem com similares produzidos por pequenas empresas no país.

A ideia é proteger setores frágeis da economia e preservar os empregos. É o caso de algumas empresas na Zona Franca de Manaus e na Região Sul.

Não há muito espaço para se elevar até 35% o Imposto de Importação dentro da Tarifa Externa Comum (TEC), percentual máximo consolidado na Organização Mundial do Comércio (OMC) e já aplicado em praticamente todos os tipos de tecidos, roupas em geral, calçados e automóveis. Resta ao governo buscar de medidas alternativas como a da certificação.

	VEÍCULO O GLOBO		EDITORIA
	TÍTULO MEDIDAS EM ESTUDO PELO GOVERNO		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

DEFESA COMERCIAL

O governo vai agir com mais rigor na aplicação de medidas antidumping (preços fixados de maneira artificial em nível inferior à média de mercado) e compensatórias. Também pretende tornar mais ágil o sistema de defesa comercial.

SELO DE QUALIDADE

O governo quer usar selos de qualidade como escudo contra os produtos importados. Ventiladores de teto, micro-ondas, aparelhos de som e TV, rádio, torradeiras, berços, carrinhos de bebê entre outros itens seriam incluídos no programa de certificação do Inmetro, filtrando as importações de produtos de baixa qualidade.

TAXAÇÃO DE SUPÉRFLUOS

Aumento das taxas de importação dos itens da pauta considerados supérfluos para até 35%. Entre eles estariam bebidas, perfumes e tabaco.

PROTEÇÃO DE PEQUENAS EMPRESAS

O governo estuda elevar também a tributação de itens importados que concorrem com similares produzidos por pequenas empresas no país. A ideia é proteger setores frágeis da economia e preservar os empregos. É o caso de algumas empresas na Zona Franca de Manaus e na região sul, por exemplo.

	VEÍCULO O GLOBO	EDITORIA	
	TÍTULO UMA EM CADA 4 EMPRESAS BRASILEIRAS É AFETADA COM <u>IMPORTADOS</u> DA CHINA		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO		ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Pesquisa mostra que 45% perderam participação no Brasil para chineses

Eliane Oliveira

. BRASÍLIA. A Confederação Nacional da Indústria (CNI) divulgou ontem um levantamento em que pode ser visto, pela primeira vez, o efeito devastador da concorrência chinesa, dentro e fora do país, sobre o setor produtivo brasileiro. Uma em cada quatro empresas brasileiras é afetada pela competição com importados chineses e quase metade (45%) das indústrias que tem concorrentes do país asiático perdeu participação para eles no mercado doméstico. Além disso, nada menos do que um terço das grandes empresas pretende intensificar importações de insumos.

No exterior, os prejuízos foram ainda maiores: 67% dos empresários perderam participação em terceiros mercados para os concorrentes chineses e 4% simplesmente deixaram de exportar.

. Tem ocorrido um forte crescimento das importações de insumos chineses e isso tende a continuar. O câmbio (dólar desvalorizado ante o real) deixa os produtos chineses mais baratos. explicou Flávio Castelo Branco, chefe da equipe econômica da CNI. Do total de empresários ouvidos. 1.529, dos quais 904 pequenos, 424 médios e 201 grandes industriais, 28% afirmaram que competem com mercadorias do país asiático no mercado doméstico. Entre os exportadores, 52% disputam clientes com a China no exterior. Os setores mais prejudicados são o metalúrgico, o calçadista, o têxtil e o de bens de capital. Neles, mais de 50% das empresas perderam participação de suas vendas no mercado doméstico.

A concorrência no mercado doméstico aumenta de acordo com o porte da firma. Enquanto 24% das pequenas firmas informaram que concorrem com produtos chineses no mercado interno, 32% das de médio porte e 41% das indústrias de grande porte enfrentam esse dilema.

Metade das empresas tem estratégia de enfrentamento. Um ponto positivo é que exatamente a metade das empresas industriais brasileiras já definiu uma estratégia para enfrentar a competição com os asiáticos.

Investimento em qualidade, redução de custos, diferenciação da marca e lançamento de novos produtos são atitudes que vêm sendo tomadas pelas empresas brasileiras, para enfrentar a concorrência com os chineses.

. As empresas brasileiras estão investindo em inovação e, ao mesmo tempo, buscando parceria com as chinesas. afirmou Castelo Branco. Ainda conforme a sondagem da CNI, 10% das grandes empresas já produzem com fábrica própria na China. Mas, quando o empresário que não tem negócios no mercado chinês é perguntado se teria algum dia, quase 80% responderam que não. Castelo Branco defendeu todos os caminhos possíveis para proteger, mesmo que temporariamente, os setores mais afetados pela concorrência chinesa.

O uso de salvaguardas via aumento de tarifa de importação, a maior integração nos trabalhos da Secretaria de Comércio Exterior e da Receita Federal de valorização aduaneira e comparação de preços para evitar fraudes no desembarque das mercadorias, e a intensificação de medidas para combater a concorrência desleal, com dumping e subsídios, estão entre as ações.

. Se perdemos mercados para a China, geramos menos empregos e menos renda. As empresas brasileiras têm suas estratégias próprias, mas o país tem que ser mais competitivo e buscar melhores condições para atrair empresas no Brasil - advertiu.

 SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS	VEÍCULO O GLOBO		EDITORIA
	TÍTULO Banqueiro vai comandar aeroportos		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Após chamar Henrique Meirelles (ex-BC) para ser a Autoridade Olímpica, a presidente Dilma convidou o ex-presidente do Banco do Brasil Rossano Maranhão (hoje no Banco Safra) para assumir a recém-criada Secretaria de Aviação Civil, com status de ministro. Ele aceitou.

Rossano Maranhão fica à frente da Aviação Civil

Após convidar Henrique Meirelles para Autoridade Olímpica, Dilma convoca outro banqueiro para cuidar de aeroportos

Patrícia Duarte, Geralda Doca e Flávia Barbosa

BRASÍLIA. A presidente Dilma Rousseff decidiu criar a Secretaria de Aviação Civil (SAC), com status de Ministério, e convidou o ex-presidente do Banco do Brasil (BB) Rossano Maranhão para assumir o cargo. A informação foi antecipada ontem pelo colunista do GLOBO Ancelmo Gois em seu blog. Rossano, que deixou ontem um hospital em São Paulo após uma cirurgia no joelho, aceitou o convite. Seu principal desafio será melhorar a gestão do sistema aeroportuário, uma das piores heranças da Era Lula e, portanto, uma das áreas mais sensíveis para o governo com a proximidade da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016.

O ex-presidente do BB é considerado um executivo experiente e competente, com foco em resultados. Não é a primeira escolha de Dilma baseada em habilidades gerenciais - coincidentemente de banqueiros. Ela reconhece em Henrique Meirelles, ex-presidente do Banco Central (BC), o mesmo perfil. Não por menos a presidente negociou com o PCdoB, que comanda a pasta do Esporte, a nomeação de Meirelles para a Autoridade Pública Olímpica (APO), órgão encarregado de planejar e executar obras para as Olimpíadas de 2016.

A SAC estará ligada à Presidência da República, como ocorre com os portos, e abrigará os dois principais órgãos operacionais do setor: a Infraero, que administra os 67 principais aeroportos do país, e a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), à qual cabe a formulação e a implementação das políticas do ramo e sua fiscalização.

Murilo Barboza, atual presidente da Infraero, deixará o cargo assim que for recrutado no mercado um executivo com características semelhantes às de Rossano (que chegou a ser cogitado para este cargo em 2007 e no fim de 2010). Solange Vieira, presidente da Anac, não deve ter seu mandato renovado, em março.

A presidente, segundo interlocutores, participou diretamente das conversas com Rossano, que deixará a presidência do banco Safra para assumir a missão. Sua indicação teve forte influência do chefe da Casa Civil, ministro Antonio Palocci, e do ministro da Defesa, Nelson Jobim. Pelas mãos de Palocci, o executivo se consolidou na linha de frente do BB. Jobim o queria na Infraero quando assumiu a Defesa, em 2007 - convite que Rossano não aceitou.

Objetivo é apressar investimentos para a Copa

Segundo interlocutores, há algum tempo Rossano vinha dando sinais de que gostaria de voltar a atuar no governo, mas esperava um grande desafio. Salário não seria problema. Em cinco anos no Safra, tornou-se um dos mais bem pagos banqueiros do país e considera que fez seu pé de meia. Recentemente, foi cotado para a presidência da Vale no lugar de Roger Agnelli, que deve se despedir sair até o meio do ano.

A ideia de criar a SAC foi antecipada pelo GLOBO no início de novembro e surgiu ainda na campanha, como uma forma de apressar os investimentos nos aeroportos a fim de prepará-los a tempo para a Copa e as Olimpíadas.

Sobre a escolha de Meirelles, Dilma discutiu o assunto há uma semana, em reunião de última hora em São Paulo, com o ministro Orlando Silva. Antes de assumir o BC, que dirigiu por oito anos, Meirelles passou pelo BankBoston. Com reputação internacional, ele trabalhou pela candidatura do Rio. A APO terá o desafio de cumprir o cronograma de obras sem atrasos, superfaturamentos e desvios.

	VEÍCULO O GLOBO		EDITORIA
	TÍTULO Seca faz <u>Amazônia</u> contribuir para aquecimento global		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Segue o seco na Amazônia

Maior estiagem dos últimos 100 anos fez floresta contribuir para aquecimento

Renato Grandelle

A estiagem do ano passado na Floresta Amazônica, a maior já observada em 100 anos, fez a região contrariar seu papel histórico: em vez de ajudar a absorver gases-estufa lançados na atmosfera, ela passou a emití-los, contribuindo para o aumento da temperatura global. O alerta é de um estudo conduzido pelo Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam) e pela Universidade de Leeds, da Inglaterra, cujo resultado foi publicado na "Science".

A quantidade de árvores mortas pela seca - assim como as que tiveram seu crescimento prejudicado devido à falta de chuvas - fará a floresta emitir, nos próximos anos, 5 bilhões de toneladas de CO2. Praticamente o mesmo que os EUA liberaram para a atmosfera em 2009 com a queima de combustíveis fósseis.

Aumenta risco de desertificação

A força da estiagem surpreendeu os ambientalistas. Em 2005, a Amazônia já havia passado por uma seca tão avassaladora que, à época, previu-se que outro evento semelhante só ocorreria em 100 anos.

- Acabou demorando só cinco anos para que vissemos uma seca muito maior - ressalta Paulo Brando, pesquisador do Ipam. - Em 2005, 37% da área da floresta registrou chuvas abaixo da média. No ano passado, esse índice chegou a 57%.

O estudo de Brando limitou-se à floresta primária - uma área ainda livre de desmatamento, correspondente a 80% da Amazônia. Embora de difícil acesso, a região colecionava chagas da estiagem. O Rio Negro, um dos principais afluentes do Amazonas, baixou seu volume ao menor nível já registrado. Comunidades ribeirinhas ficaram isoladas, muitas sem alimento ou água potável.

E por que a seca foi tão intensa? De acordo com o climatologista Marcos Heil Costa, que não participou da

pesquisa de Brando, ainda serão necessários muitos estudos para se chegar a essa resposta.

- Certamente o El Niño, que se manifestou no ano passado teve sua influência; houve, também, uma oscilação natural no Oceano Pacífico - lembra Costa, professor da Universidade Federal de Viçosa. - Mas estes fatores são apenas uma parte da resposta. Ainda há outros motivos que desconhecemos.

Uma previsão, no entanto, parece unir os climatologistas: nas próximas décadas, a Amazônia passará por um intenso processo de estiagem, especialmente em Mato Grosso e Pará. Estas bordas do bioma já passam por períodos de seca de até seis meses. Um singelo aumento nessa duração já seria o suficiente para inviabilizar a existência da floresta, que daria lugar a uma vegetação de savana.

- É possível que este fenômeno se acentue a partir de 2040, mas o desmatamento pode acelerá-lo - alerta Costa.

Sem a vegetação, haverá menos umidade disponível para a formação de nuvens. Outros fenômenos globais, como o El Niño e o aquecimento do Oceano Atlântico Norte, levariam as chuvas para longe da floresta.

A destruição do bioma teria consequências inimagináveis para o planeta. Basta lembrar que a Amazônia concentra 100 bilhões de toneladas de carbono. É o mesmo que o emitido pela Terra em dez anos.

- O padrão da floresta é acumular carbono, e não perdê-lo para a atmosfera - explica Brando. - Era o que acontecia até 2004. Em 2005, porém, essa tendência foi invertida, e no ano passado isso ocorreu de forma ainda mais violenta.

A boa notícia é que, daqui a dois anos, a Amazônia deve voltar a absorver gases-estufa, amenizando os efeitos do aquecimento global. As árvores mortas pela estiagem abrirão clareiras na floresta, permitindo à luz do sol chegar mais próximo do solo, na área conhecida como sub-bosques. Com isso, a vegetação dali crescerá rapidamente e substituirá as plantas que não resistiram à seca.

- A própria floresta se encarrega de corrigir o fluxo de carbono: o gás deve ser sugado, e não liberado - ressalta

Costa. - A mortalidade das árvores será compensada até 2013. Isso, claro, se não houver outra seca de grande magnitude.

Após a surpresa do ano passado, nenhum pesquisador voltará a dizer, como em 2005, que uma estiagem de grandes proporções só vai se repetir daqui a um século. Mas outros eventos climáticos preocupam os cientistas.

Cinco anos atrás, além da seca, a Amazônia esteve no caminho de uma linha de instabilidade tropical, como é chamado um aglomerado de tempestades em uma área que chega a mil quilômetros de extensão. Em dois dias, as precipitações - combinadas a ventos de até 140 km/h - fizeram a floresta perder até 663 milhões de árvores. A

baixa fez o bioma deixar de capturar 23% do carbono mantido na região anualmente.

Em dezembro, a Amazônia ingressou em uma nova estação chuvosa. Tradicionalmente as precipitações pioram em março e abril. Costa, portanto, teme que a região passe por um novo estrago histórico nas próximas semanas.

- Em 2005, a seca enfraqueceu as árvores e tornou-as mais vulneráveis às tempestades e aos ventos fortes. O mesmo pode voltar a acontecer agora - opina o climatologista. - Há sempre uma relação entre eventos extremos, mesmo tratando-se de estiagens e fortes chuvas.

	VEÍCULO O GLOBO		EDITORIA
	TÍTULO Tentação tributária		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

MUITAS VEZES adiada, parece que agora vai mesmo haver uma redução do peso de tributos sobre a folha de salários. A medida pode atingir alvos múltiplos: desde compensar a valorização do real e, assim, tornar o exportador brasileiro mais competitivo, a estimular a formalização do mercado de trabalho.

O PERIGO está na tentação de se compensar a perda que terá a Previdência com a criação de algum novo gravame e/ou aumento de impostos já existentes. Quanto mais a desoneração for financiada pela redução de gastos da União, melhor.

	VEÍCULO O GLOBO		EDITORIA
	TÍTULO Uma em cada 4 empresas brasileiras é afetada com <u>importados</u> da China		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

BRIGA POR MERCADOS: CNI diz que levantamento comprova efeito devastador

Pesquisa mostra que 45% perderam participação no Brasil para chineses

Eliane Oliveira

BRASÍLIA. A Confederação Nacional da Indústria (CNI) divulgou ontem um levantamento em que pode ser visto, pela primeira vez, o efeito devastador da concorrência chinesa, dentro e fora do país, sobre o setor produtivo brasileiro. Uma em cada quatro empresas brasileiras é afetada pela competição com importados chineses e quase metade (45%) das indústrias que têm concorrentes do país asiático perdeu participação para eles no mercado doméstico. Além disso, nada menos do que um terço das grandes empresas pretende intensificar importações de insumos.

No exterior, os prejuízos foram ainda maiores: 67% dos empresários perderam participação em terceiros mercados para os concorrentes chineses e 4% simplesmente deixaram de exportar.

- Tem ocorrido um forte crescimento das importações de insumos chineses e isso tende a continuar. O câmbio (dólar desvalorizado ante o real) deixa os produtos chineses mais baratos - explicou Flávio Castelo Branco, chefe da equipe econômica da CNI.

Do total de empresários ouvidos - 1.529, dos quais 904 pequenos, 424 médios e 201 grandes industriais -, 28% afirmaram que competem com mercadorias do país asiático no mercado doméstico. Entre os exportadores, 52% disputam clientes com a China no exterior.

Os setores mais prejudicados são o metalúrgico, o calçadista, o têxtil e o de bens de capital. Neles, mais de 50% das empresas perderam participação de suas vendas no mercado doméstico.

A concorrência no mercado doméstico aumenta de acordo com o porte da firma. Enquanto 24% das pequenas firmas informaram que concorrem com produtos chineses no mercado interno, 32% das de médio porte e 41% das indústrias de grande porte enfrentam esse dilema.

Metade das empresas tem estratégia de enfrentamento

Um ponto positivo é que exatamente a metade das empresas industriais brasileiras já definiu uma estratégia para enfrentar a competição com os asiáticos. Investimento em qualidade, redução de custos, diferenciação da marca e lançamento de novos produtos são atitudes que vêm sendo tomadas pelas empresas brasileiras, para enfrentar a concorrência com os chineses.

- As empresas brasileiras estão investindo em inovação e, ao mesmo tempo, buscando parceria com as chinesas - afirmou Castelo Branco.

Ainda conforme a sondagem da CNI, 10% das grandes empresas já produzem com fábrica própria na China. Mas, quando o empresário que não tem negócios no mercado chinês é perguntado se teria algum dia, quase 80% responderam que não.

Castelo Branco defendeu todos os caminhos possíveis para proteger, mesmo que temporariamente, os setores mais afetados pela concorrência chinesa. O uso de salvaguardas via aumento de tarifa de importação, a maior integração nos trabalhos da Secretaria de Comércio Exterior e da Receita Federal de valoração aduaneira e comparação de preços para evitar fraudes no desembaraço das mercadorias, e a intensificação de medidas para combater a concorrência desleal, com dumping e subsídios, estão entre as ações.

- Se perdemos mercados para a China, geramos menos empregos e menos renda. As empresas brasileiras têm suas estratégias próprias, mas o país tem que ser mais competitivo e buscar melhores condições para atrair empresas no Brasil - advertiu.

	VEÍCULO O GLOBO		EDITORIA
	TÍTULO Segue o seco na <u>Amazônia</u>		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Segue o seco na Amazônia

Maior estiagem dos últimos 100 anos fez floresta contribuir para aquecimento

Renato Grandelle

A estiagem do ano passado na Floresta Amazônica, a maior já observada em 100 anos, fez a região contrariar seu papel histórico: em vez de ajudar a absorver gases-estufa lançados na atmosfera, ela passou a emití-los, contribuindo para o aumento da temperatura global. O alerta é de um estudo conduzido pelo Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam) e pela Universidade de Leeds, da Inglaterra, cujo resultado foi publicado na "Science".

A quantidade de árvores mortas pela seca - assim como as que tiveram seu crescimento prejudicado devido à falta de chuvas - fará a floresta emitir, nos próximos anos, 5 bilhões de toneladas de CO2. Praticamente o mesmo que os EUA liberaram para a atmosfera em 2009 com a queima de combustíveis fósseis.

Aumenta risco de desertificação

A força da estiagem surpreendeu os ambientalistas. Em 2005, a Amazônia já havia passado por uma seca tão avassaladora que, à época, previu-se que outro evento semelhante só ocorreria em 100 anos.

- Acabou demorando só cinco anos para que vissemos uma seca muito maior - ressalta Paulo Brando, pesquisador do Ipam. - Em 2005, 37% da área da floresta registrou chuvas abaixo da média. No ano passado, esse índice chegou a 57%.

O estudo de Brando limitou-se à floresta primária - uma área ainda livre de desmatamento, correspondente a 80% da Amazônia. Embora de difícil acesso, a região colecionava chagas da estiagem. O Rio Negro, um dos principais afluentes do Amazonas, baixou seu volume ao menor nível já registrado. Comunidades ribeirinhas ficaram isoladas, muitas sem alimento ou água potável.

E por que a seca foi tão intensa? De acordo com o climatologista Marcos Heil Costa, que não participou da

pesquisa de Brando, ainda serão necessários muitos estudos para se chegar a essa resposta.

- Certamente o El Niño, que se manifestou no ano passado teve sua influência; houve, também, uma oscilação natural no Oceano Pacífico - lembra Costa, professor da Universidade Federal de Viçosa. - Mas estes fatores são apenas uma parte da resposta. Ainda há outros motivos que desconhecemos.

Uma previsão, no entanto, parece unir os climatologistas: nas próximas décadas, a Amazônia passará por um intenso processo de estiagem, especialmente em Mato Grosso e Pará. Estas bordas do bioma já passam por períodos de seca de até seis meses. Um singelo aumento nessa duração já seria o suficiente para inviabilizar a existência da floresta, que daria lugar a uma vegetação de savana.

- É possível que este fenômeno se acentue a partir de 2040, mas o desmatamento pode acelerá-lo - alerta Costa.

Sem a vegetação, haverá menos umidade disponível para a formação de nuvens. Outros fenômenos globais, como o El Niño e o aquecimento do Oceano Atlântico Norte, levariam as chuvas para longe da floresta.

A destruição do bioma teria consequências inimagináveis para o planeta. Basta lembrar que a Amazônia concentra 100 bilhões de toneladas de carbono. É o mesmo que o emitido pela Terra em dez anos.

- O padrão da floresta é acumular carbono, e não perdê-lo para a atmosfera - explica Brando. - Era o que acontecia até 2004. Em 2005, porém, essa tendência foi invertida, e no ano passado isso ocorreu de forma ainda mais violenta.

A boa notícia é que, daqui a dois anos, a Amazônia deve voltar a absorver gases-estufa, amenizando os efeitos do aquecimento global. As árvores mortas pela estiagem abrirão clareiras na floresta, permitindo à luz do sol chegar mais próximo do solo, na área conhecida como sub-bosques. Com isso, a vegetação dali crescerá rapidamente e substituirá as plantas que não resistiram à seca.

- A própria floresta se encarrega de corrigir o fluxo de carbono: o gás deve ser sugado, e não liberado - ressalta

Costa. - A mortalidade das árvores será compensada até 2013. Isso, claro, se não houver outra seca de grande magnitude.

Após a surpresa do ano passado, nenhum pesquisador voltará a dizer, como em 2005, que uma estiagem de grandes proporções só vai se repetir daqui a um século. Mas outros eventos climáticos preocupam os cientistas.

Cinco anos atrás, além da seca, a Amazônia esteve no caminho de uma linha de instabilidade tropical, como é chamado um aglomerado de tempestades em uma área que chega a mil quilômetros de extensão. Em dois dias, as precipitações - combinadas a ventos de até 140 km/h - fizeram a floresta perder até 663 milhões de árvores. A

baixa fez o bioma deixar de capturar 23% do carbono mantido na região anualmente.

Em dezembro, a Amazônia ingressou em uma nova estação chuvosa. Tradicionalmente as precipitações pioram em março e abril. Costa, portanto, teme que a região passe por um novo estrago histórico nas próximas semanas.

- Em 2005, a seca enfraqueceu as árvores e tornou-as mais vulneráveis às tempestades e aos ventos fortes. O mesmo pode voltar a acontecer agora - opina o climatologista. - Há sempre uma relação entre eventos extremos, mesmo tratando-se de estiagens e fortes chuvas.

	VEÍCULO O ESTADO		EDITORIA
	TÍTULO China afeta 67% dos concorrentes nacionais		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Chineses tiram mais mercado do Brasil

Sondagem da CNI mostra que pressão aumentou e 67% das indústrias brasileiras que enfrentam rivais da China perderam mercado no exterior

Eduardo Rodrigues - O Estado de S.Paulo

Com o real valorizado pressionando os preços dos produtos fabricados no Brasil, a concorrência com mercadorias chinesas mais baratas levou 67% das indústrias brasileiras que competem com empresas chinesas a perderem clientes no mercado internacional. Pior do que isso, 4% dessas companhias deixaram de exportar suas mercadorias, desistindo de enfrentar a concorrência.

O mapa detalhado de quanto a concorrência chinesa afeta as empresas brasileiras apareceu na Sondagem Especial divulgada ontem pela Confederação Nacional da Indústria (CNI). A CNI entrevistou 1.529 empresários em outubro do ano passado. Em pesquisa anterior, de 2006, o percentual de companhias que haviam perdido espaço no mercado internacional para os chineses era bem menor, de 54%.

De acordo com a sondagem mais recente, 52% das indústrias exportadoras brasileiras concorrem com fábricas chinesas em outros mercados. Os dados apontam que a competição é mais intensa em seis setores industriais, nos quais pelo menos metade das empresas afirmou que concorrem com similares chineses. É o caso dos setores de material eletrônico de comunicação, têxteis, equipamentos hospitalares e de precisão, calçados, máquinas e equipamentos, além do setor que a CNI classifica como "indústrias diversas".

Pequenas empresas. A pesquisa mostra também os efeitos da concorrência chinesa no mercado interno brasileiro: 45% das empresas que competem com a China perderam espaço para os concorrentes. O efeito é maior entre as pequenas empresas, das quais 48% revelaram ter perdido participação nas vendas no País, por causa da enxurrada de importações de produtos chineses.

No entanto, 21% das companhias consultadas registram importação de matérias-primas da China, o que revela, segundo a CNI, um aumento da presença chinesa nas várias etapas da cadeia de produção brasileira.

Para o gerente executivo de Política Econômica da CNI, Flávio Castelo Branco, como o yuan tem sua cotação atrelada ao dólar, a valorização do real em relação à moeda americana tem sido o fator mais determinante para que produtos brasileiros percam mercado para os chineses tanto no mercado internacional quanto no doméstico.

Segundo ele, o aumento da concorrência nos últimos anos está diretamente ligado ao preço dos produtos chineses. O economista lembrou que os custos de produção na China são bem menores do que os brasileiros por diversos motivos, entre eles menores salários.

Apesar dos fatores estruturais que dão vantagem à China no comércio internacional, a concorrência com os chineses aumentou a partir do momento em que o câmbio brasileiro acelerou sua valorização. "As dimensões estruturais pouco mudaram nos últimos anos, a grande alteração está na valorização do nosso câmbio", disse Castelo Branco.

	VEÍCULO COMEX DO BRASIL		EDITORIA
	TÍTULO MDIC e MCT publicam sete portarias com modificação de Processo Produtivo Básico		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Brasília – Os Ministérios do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC e de Ciência e Tecnologia (MCT) publicaram no Diário Oficial da União (DOU), seção 1, páginas 56 a 58, sete Portarias Interministeriais que alteram o Processo Produtivo Básico (PPB) de alguns produtos.

A Portaria nº 12 altera o **PPB** para televisor com tela de cristal líquido, industrializado na **Zona Franca de Manaus**. Com isso, fica revogada a Portaria 163, de 24 de agosto de 2009.

A de nº 13 modificou artigos da Portaria 226, de 24 de dezembro de 2009, que trata de **PPB** para unidade digital de processamento montada em um mesmo corpo ou gabinete, do tipo servidor, industrializado na **Zona Franca de Manaus**.

Já a Portaria de nº 14 alterou o conteúdo da Portaria 225, de 24 de dezembro de 2009, que estabelece o Processo Produtivo Básico para o produto unidade digital de processamento montada em um mesmo corpo ou gabinete, do tipo servidor.

A **produção** de dispositivo de cristal líquido – para produtos relacionados nas NCMs 8528 (televisores e **monitores** de vídeo) e 8471, industrializados na **Zona Franca de Manaus** –, também sofreu alteração de seu **PPB**. Assim, a Portaria nº 15 revogou a de nº 215, de 17 de dezembro de 2009.

A Portaria 16 modificou o Processo Produtivo Básico (**PPB**) para o dispositivo de cristal líquido para produtos das NCMs 8528 (televisores e **monitores** de vídeo) e 8471. Fica revogada a Portaria 216, de 17 de dezembro de 2009.

Considerando o que consta no Processo **MDIC** nº 52000.001052/2005-10, de 13 de janeiro de 2005, a Portaria 17 alterou a redação da Portaria 101, de 7 de abril de 1993. Com isso, revogou a Portaria 67, de 23 de março de 2010.

A última Portaria Interministerial publicada no DOU foi a nº 18 que modificou o **PPB** para os bens de informática industrializados na **Zona Franca de Manaus**. Com isso, fica revogada a Portaria 68, de 23 de março de 2010.

Consulta Pública

A Secretaria do **Desenvolvimento** da **Produção** também publicou hoje no DOU, seção 1, página 56, a Consulta Pública nº 3, de 2 de fevereiro de 2011, com proposta de fixação/alteração de Processos Produtivos Básicos para transformador elétrico de potência não superior a 3KVA, com núcleo de lâminas de aço magnético.

As sugestões sobre o assunto poderão ser encaminhadas em no máximo 15 dias para o **MDIC** – Esplanada dos **Ministérios**, Bloco J, Sala 518, 5º andar, Brasília – DF, CEP: 70053-900. Fax: 0xx61-2027-7097 e para o e-mail: cgice@Mdic.gov.br.